

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 157ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

001 Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, realizou-se a
002 centésima quinquagésima sétima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura do
003 Estado do Espírito Santo, online por meio da plataforma Zoom, com as presenças do
004 Secretário de Estado da Cultura, Fabricio Noronha Fernandes, Presidente do CEC; da
005 Subsecretária de Estado de Políticas Culturais, Carolina Ruas Palomares; da Subsecretária
006 de Estado de Fomento e Incentivo à Cultura, Maria Thereza Bosi de Magalhães, e dos
007 conselheiros: Maria Verônica do Nascimento Gomes, Nilcéia Prates F. de Souza e Martha
008 Almeida Rocha - Câmara de Artes Cênicas; Eloá Abgail Oliveira Eler e Daniel Gonçalves
009 Morelo - Câmara de Artes Musicais; Leandra Carla Moreira dos Santos Lucas Guimarães
010 Blunk Schuina e Irineu Cruzeiro Neto - Câmara de Audiovisual; Álvaro José dos Santos
011 Silva - Câmara de Literatura e Biblioteca; Victor Bastos Faria - Câmara de Bens Imateriais;
012 Daniela Coutinho Bissoli e Júlia Pela Meneghel - Câmara de Patrimônio Arquitetônico, Bens
013 Móveis e Acervos; Sebastião Ribeiro Filho, Cloves Mendes Neto e Alessandro Montenegro
014 Bayer - Câmara de Patrimônio Ecológico, Natural e Paisagístico; Rita Santos da Rocha e
015 Vitor Taveira Rocha - Região Metropolitana da Grande Vitória; Bruno Figueira Ramos e
016 Élio José dos Santos - Região Centro-Norte; Fernanda Maria Merchid Martins - Região Sul;
017 Carlos Francisco Ola e Rosimar Silva Domingos - Região Caparaó; Darci Surlo dos Santos
018 e Igo da Silva Christ - Região Serrana; Patrícia Cristine Viana David - PGE; Fernanda Maia
019 Lyrio e Cláudia Botelho - SEDU; Fernando Castro Rocha - SETUR; Vivian Vervloet -
020 SEDURB; e Chander Rian de Castro Freitas - IEMA. Após a verificação, havendo quórum,
021 às quatorze horas e dez minutos, o Presidente saudou os conselheiros, a equipe da
022 SECULT e os que estavam acompanhando a reunião por meio das redes sociais da
023 SECULT. Em seguida, antes do primeiro ponto de pauta o Presidente solicitou a inclusão
024 de um ponto de pauta, importante e urgente: apresentação dos membros indicados pelo
025 CEC para composição da Comissão de monitoramento da Lei Paulo Gustavo. A seguir,
026 passando ao primeiro item da pauta, franqueou a palavra para que a secretária executiva
027 conduzisse a aprovação da Ata da 156ª Reunião Ordinária do CEC. Após a votação, não
028 havendo ressalvas a registrar, a Ata da centésima quinquagésima sexta reunião ordinária
029 do Conselho Estadual de Cultura foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros
030 presentes. Passando ao item seguinte da pauta, aprovação do novo calendário de reuniões
031 ordinárias do CEC, biênio 2023/2025, com as definições das datas das reuniões
032 presenciais e online, conforme havia sido discutido anteriormente, ficando da seguinte
033 forma: maio, junho e julho: online; agosto: presencial; setembro, outubro e novembro:
034 online; dezembro: presencial; Ano 2024, janeiro: recesso; fevereiro, março e abril:
035 online; maio: presencial; junho, julho e agosto: online; setembro: presencial; outubro,
036 novembro e dezembro: online; Ano 2025, janeiro: recesso; fevereiro, março e abril:
037 online. Após a votação, o calendário de reuniões ordinárias do CEC, biênio 2023/2025, foi
038 aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. Passando ao item seguinte da
039 pauta: confirmação dos nomes dos membros que irão compor a Comissão para discutir o
040 pagamento do jeton para os conselheiros do CEC, o conselheiro Cloves Mendes fez uma
041 breve leitura do texto que ele havia apresentado na 154ª reunião do CEC, realizada no
042 dia 02/02/2023, quando a criação dessa Comissão havia sido aprovada pela plenária.
043 Disse que o CEC foi criado em 1967, pela Lei Delegada 06, sendo o órgão responsável
044 pela normatização, deliberação e acompanhamento da política cultural do Estado,
045 vinculado à SECULT. Em 1988, passou pela primeira reformulação, refletindo a
046 democracia que o país vivia de reabertura política, e por meio da Lei 4.152, em seu artigo
047 17, previa remuneração de até duas reuniões mensais para os conselheiros, que é o jeton,
048 porém, no Governo Max Mauro houve uma reformulação no Governo e o Jeton foi retirado.
049 Em 2007 houve uma nova reformulação do CEC, no Governo Paulo Hartung, e esse
050 assunto não foi discutido e nem contemplado. Hoje, pensa que essa questão deve ser
051 discutida pela importância do setor cultural e dos produtores culturais, que são vistos
052 como artistas que trabalham de graça. Comentou que com o advento das Leis de incentivo
053 cultural, em que houve um movimento financeiro muito dinâmico, esse reconhecimento

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 157ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

054 não chegou ao Conselho, e que os conselheiros continuam trabalhando de graça, e acha
055 que isso precisa ser mudado. Disse que no Estado do Espírito Santo são mais de quarenta
056 conselhos remunerados. Após a explanação do conselheiro sobre a necessidade desse
057 reconhecimento para os conselheiros do CEC, a secretaria executiva lembrou que a
058 comissão já havia sido aprovada, e que seria necessário apenas os nomes dos
059 conselheiros para a composição da comissão. O Presidente perguntou se ele havia
060 avaliado se existia a impossibilidade dos conselheiros, que recebem jeton, em participar
061 dos editais, porque esse assunto foi debatido no Fórum Nacional de Conselhos Estaduais,
062 visto que em alguns lugares os conselheiros não podiam participar e nem serem
063 proponentes de editais. O conselheiro disse que não havia visto ainda, que são poucos os
064 Estados que pagam jetons aos conselheiros de cultura, e que o Espírito Santo poderia ser
065 um exemplo para esse novo momento da cultura. O Presidente disse que talvez o
066 conselheiro Carlos Ola tenha essa informação, por fazer parte do Conecta, mas que a
067 Comissão poderá discutir esse tema. Comentou que ao longo dos anos vários movimentos
068 têm pedido a inclusão de novas cadeiras no CEC, como o Circo e o Hip Hop, tentativas e
069 tratativas no sentido de aumentar a representatividade, então acha importante discutir
070 sobre o jeton, mas também a ampliação da participação no CEC. O conselheiro Cloves
071 disse que acha positiva e salutar a ampliação do Conselho, visto que nesse momento a
072 sociedade tem outro dinamismo, contudo há de ser ter cuidado com a fragmentação que
073 as pessoas têm do fazer cultura, por exemplo, para ele, Hip Hop é música, contudo, ele
074 entendeu o posicionamento do Presidente e acha que seria oportuno ampliar essa visão.
075 O Presidente disse que Hip Hop, que para o conselheiro seria música é super questionável,
076 para muitos da cultura do Hip Hop. A conselheira Eloá pontuou que quando se trata desse
077 tipo de pauta é importante a representatividade que é identitária, o Hip Hop não é música,
078 assim como o circo não é teatro, são grupos específicos e com identidades próprias. A
079 conselheira Verônica Gomes comentou que a discursão é muito importante, as diferenças
080 entre cada uma são importantes, contudo, sugeriu a criação de uma outra comissão para
081 discutir a mudança da lei, com essas inclusões. O Presidente apoiou a criação de outra
082 comissão para essa discussão, e sugeriu a participação de não conselheiros, lembrando
083 que em 2019 houve a possibilidade de reestruturação do CEC, mais que houve um recuo
084 do próprio conselho. Disse ser necessário não somente criar, mas entender as
085 convergências e a transversalidade da cultura, e no final ter um cenário que reflita de
086 maneira melhor a diversidade da cultura. A secretaria executiva lembrou aos conselheiros
087 que, de acordo com o regimento interno do CEC, o tempo de fala é de três minutos, e
088 solicitou que esse tempo fosse observado. A Subsecretária Carolina Ruas lembrou que
089 nessa semana havia sido publicada a Portaria de convocação para a Conferência Nacional
090 de Cultura e que um dos eixos que deverão ser debatidos é exatamente a democratização
091 do acesso à cultura e da participação social e que esse momento estruturante de rediscutir
092 os papéis e as estruturas que formam o Sistema de Cultura, e de repensar a Lei do
093 Conselho e suas alterações, tanto no caso de discutir jeton como de acrescentar cadeiras,
094 que são alterações que precisam ser feitas por meio de lei, significa uma oportunidade de
095 discutir a própria estrutura como um todo e formalizar por meio da lei. A conselheira
096 Patrícia Cristine perguntou ao Presidente se teria alguma restrição sobre ser conselheiro
097 e proponente de editais. O Presidente informou que em vários Estados têm essa
098 reclamação e acaba ocorrendo um esvaziamento dos conselhos. Disse que em 2019 foi
099 criado um GT para apresentar proposta de alteração do CEC, e nas pesquisas desse GT
100 foram encontrados dois conselhos bem bacanas, em termos de representatividade. Disse
101 que esse GT discutiu e apresentou uma proposta de ampliar a participação, não no caso
102 de aumentar o número de cadeiras, porque isso é objeto de lei, mas do processo eleitoral
103 e de participação, para que pessoas não necessariamente ligadas a entidades pudessem
104 participar, e aconteceu que isso foi aprovado, o Governador assinou e publicou o Decreto,
105 mas o próprio Conselho resolveu voltar com o Decreto anterior, o que foi acatado pelo
106 Governador. Disse que agora é o momento oportuno de discutir e com a participação de

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 157ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

107 pessoas que não são do conselho, que foi feito um levantamento e que pode trazer dados
108 sobre a participação no Conselho ao longo dos anos, onde mostra as repetições dos
109 membros. O conselheiro Sebastião Ribeiro comentou que parece que o Governador vai
110 abraçar a criação do Instituto do Patrimônio, e que a questão da representatividade do
111 Conselho vai ser discutida nessa reformulação; que pode voltar a proposta de dois
112 conselhos, um de patrimônio e o outro de política cultural, e que essa questão da
113 representatividade poderá ser discutida na Conferência Estadual. Se disponibilizou para
114 participar da Comissão da criação do jeton. O conselheiro Cloves disse que tem que
115 manter a comissão do jeton e criar uma comissão para discutir a ampliação e novas
116 representatividades no Conselho. O conselheiro Alessandro ressaltou que a discussão se
117 tratava da comissão do jeton mais que acaba entrando em outros assuntos
118 correlacionados como a criação do IPACES, que é o Instituto do Patrimônio Cultural do
119 Espírito Santo, cuja minuta está pronta na SEGER. Comentou que foram feitas críticas em
120 relação a essa minuta e que foi prometida a alteração. Disse que a estrutura está de
121 acordo, mas que os cargos e as profissões foram distribuídos de forma desrespeitosa.
122 Solicitou a reformulação da minuta do IPACES que está na SEGER, e disse ser favorável
123 à divisão do Conselho, visto que as pautas do patrimônio tomam muito tempo do
124 conselho, e que o jeton deve ser criado para os dois conselhos, porque o trabalho do
125 conselheiro é muito importante e tem que ser valorizado. Se disponibilizou para participar
126 da Comissão da criação do jeton. A secretária executiva lembrou que o conselheiro Carlos
127 Ola havia se colocado à disposição para participar. O conselheiro Alessandro fez um apelo
128 aos novos conselheiros para que eles participassem das comissões, dizendo que esse é
129 um conselho de lutas e que eles deveriam lutar, por se tratar de um conselho de muita
130 importância, cujo trabalho salvou várias áreas da especulação imobiliária, como o pico do
131 Itapira o Frade e a Freira dentre outros. O conselheiro Álvaro comentou que sempre teve
132 uma preocupação em relação a ampliação do conselho, que se for para ampliar que seja
133 de forma qualitativa, com pessoas que representem efetivamente setores representativos
134 da cultura. As conselheiras Verônica Gomes, Zima Domingos e Rita Santos também se
135 disponibilizaram a participar da comissão. Em seguida os conselheiros Bruno Figueira e
136 Darci Surlo se disponibilizaram a participar. Após a votação, foram aprovados os nomes
137 dos conselheiros que comporão a comissão do jeton: Cloves Mendes, Sebastião Ribeiro,
138 Alessandro Bayer, Carlos Ola, Verônica Gomes, Rita Santos, Zima Domingos, Bruno
139 Figueira e Darci Surlo. Passando ao item seguinte da pauta, o Presidente franqueou a
140 palavra para a conselheira Daniela Bissoli, para fazer a apresentação do Parecer Técnico
141 referente à análise de intervenções no imóvel do Museu Virgínia Tamanini, localizado no
142 Sítio Histórico de Itapina/Colatina, Processo 2020-8FVNF. A conselheira iniciou a
143 apresentação explicando que essa demanda havia sido trazida para a plenária por haver
144 algumas divergências entre o parecer da Secult e o da Câmara do CEC. Fez uma
145 apresentação minuciosa, contextualizando cada parte do Parecer, destacando os pontos
146 divergentes da proposta apresentada pelo requerente: Primeiro: pintura geral do museu
147 inclusive escadas e calçadas. A Câmara entende que o esquema cromático proposto não
148 é adequado para edificações protomodernistas, não valorizando os elementos
149 constituintes da fachada, então propõe a adoção da sequência cromática na qual os
150 adornos apresentam tonalidade mais escura que a parede; Segundo: lavagem com jato
151 de alta pressão na fachada dos fundos, em todo do entorno do muro já existente, além
152 de todo o conjunto da escada dos fundos, para a remoção de manchas de bolor e umidade.
153 A Câmara orientou a utilização de média/baixa pressão para a remoção de manchas de
154 bolor e umidade, visando evitar o deslocamento do reboco existente; E terceiro: para o
155 exterior do edifício propõe-se a instalação de portão de correr e gradil em barra chata,
156 com montantes em tubo de aço galvanizado, justificado pelo requerente como artifício
157 para impedir invasões ao edifício e possíveis atos de vandalismo. A Câmara entende a
158 área lateral do edifício como uma extensão da área pública e que a vedação deste
159 perímetro com gradil dá outra tônica à ambiência local, promovendo o espaço público a

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 157ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

160 um mero afastamento lateral da edificação, alterando a relação do edifício com a dinâmica
161 já estabelecida. Desta forma, mesmo contrariando a Normativa CEC número 003/2013,
162 artigo 62, que estabelece que nesse caso só poderá ser utilizado muros em pedra seca,
163 alvenaria ou gradil de ferro, a Câmara propôs o fechamento em vidro para que a área
164 parecesse mais aberta. Por se tratar de situação divergente ao estabelecido na Normativa
165 supracitada, considerando ser uma situação específica, é necessária a consulta à plenária
166 do CEC. O conselheiro Cloves Mendes perguntou se o restauro seria feito pela Prefeitura,
167 se o prédio é tombado, se as cores são originais e se os conselheiros teriam autonomia
168 de reverter o fechamento de gradil pelo de vidro, contrariando a Normativa do CEC. A
169 conselheira disse que sim e que por isso estão trazendo para a plenária. Quanto às cores,
170 estão de acordo com o estilo do prédio. A conselheira Fernanda Martins comentou que
171 havia achado lindíssima a paleta de cores e disse que entende a necessidade do gradil
172 para preservar o espaço do Museu, porém pensa que o vidro causa preocupação por estar
173 em beira de caminho e pode causar acidentes. Em relação a estética acha bonito, mas da
174 segurança seria perigoso. O arquiteto Rodrigo Zotelli, da Gerência de Memória e
175 Patrimônio da Secult destacou dois pontos principais: em relação as cores do edifício, não
176 vê problemas, apesar das cores atuais já fazerem parte da memória do lugar, ainda que
177 recente, não acha que seja problema alterar; contudo a preocupação maior, enquanto
178 profissional responsável pela gestão do sítio, seria o fechamento em vidro, que é algo que
179 a legislação do sítio não permite e do precedente que isso pode criar. A Gerente Patrícia
180 Bragatto ressaltou, respondendo ao conselheiro Cloves Mendes, que nunca houve
181 aprovação de matéria que fosse contrária à uma Resolução do CEC, explicando que já
182 houve, em outras ocasiões, questões que não eram tratadas na resolução e foram
183 decididas pela plenária; Não havendo outras manifestações, colocado em votação a
184 aprovação do Parecer da Câmara, favorável ao cercamento com vidro ou com ressalva ao
185 cercamento com o gradil de ferro, o Parecer da Câmara, favorável ao cercamento com
186 vidro, foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes, com voto contrário da
187 conselheira Fernanda Martins e do conselheiro Chander Rian que se absteve de votar.
188 Passando ao item seguinte da pauta, o Presidente franqueou a palavra para a conselheira
189 Verônica Gomes, para fazer a apresentação do Parecer referente ao Processo 2020-
190 DKT8K, de solicitação de Renovação do Certificado de Entidade Cultural para a Associação
191 Uma Floresta. A conselheira fez a leitura do Parecer, concluindo que em que pesem os
192 requisitos previstos na Resolução CEC 002/2022, a Associação Cultural, Circense e
193 Ambiental Uma Floresta atendeu ao disposto, e, portanto, a Câmara opinou pelo
194 deferimento do pedido, recomendando ao Conselho Estadual de Cultura a renovação do
195 Certificado de Registro de Entidade Cultural. Colocado em votação, o Parecer foi aprovado
196 por unanimidade pelos conselheiros presentes. Passando ao item seguinte da pauta, o
197 Presidente franqueou a palavra para o conselheiro Victor Faria, para apresentar o Parecer
198 referente ao Processo 2022-C4C7X, de solicitação de Emissão do Certificado de Registro
199 de Entidade Cultural para a Associação Coletivo Aba Tyba Cultura e Paz. O conselheiro fez
200 a leitura e comentou o Parecer, dizendo que a documentação da Associação está de acordo
201 com os objetivos descritos nas Leis 12.343/10 e 10.296/14, respectivamente, com o Plano
202 Nacional de Cultura e com a Resolução 002/2022 do CEC. Neste sentido, a Câmara de
203 Bens Imateriais recomendou o deferimento da solicitação da concessão do Registro e
204 Certificação de Entidade Cultural para a Associação. Colocado em votação, o Parecer da
205 Câmara foi aprovado por unanimidade, pelos conselheiros. Prosseguindo, com o item
206 seguinte da pauta, o Presidente franqueou a palavra para a conselheira Eloá Abgail para
207 a apresentação do Parecer referente ao Processo 2023-BP5HL, de solicitação de renovação
208 do Certificado de Registro de Entidade Cultural para a Associação dos Moradores da
209 Comunidade de São Pedro do Itabapoana. A conselheira fez a leitura do Parecer,
210 concluindo que a Associação dos Moradores da Comunidade de São Pedro do Itabapoana
211 atendeu aos requisitos previstos na Resolução CEC 002/2022, e, portanto, a Câmara
212 opinou pelo deferimento do pedido, recomendando ao CEC a renovação do Certificado de

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 157ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

213 Registro de Entidade Cultural para a Associação. Colocado em votação, o Parecer da
214 Câmara foi aprovado por unanimidade, pelos conselheiros. Passando ao item seguinte da
215 pauta: Diálogo sobre Política Cultural e LICC, Nota enviada pela Federação Capixaba de
216 Teatro - FECATE, o Presidente franqueou a palavra para a conselheira Verônica Gomes,
217 que iniciou sua fala informando que havia recebido esse documento no dia da posse do
218 CEC, por ser a titular da Câmara de Artes Cênicas. Informou que o documento se trata
219 de uma Menção de Repúdio à Política Cultural do Espírito Santo, formulada pela FECATE.
220 A seguir, fez a leitura do documento, que inicia com uma convocação, em nome dos
221 grupos de teatro a ela filiados, à toda a sociedade civil para uma reflexão e avaliação das
222 práticas políticas do Governo do Estado no que diz respeito à cultura e à arte. O texto diz
223 que embora essa reflexão se dê a partir dos resultados dos editais Funcultura 2022 não é
224 sobre eles que falam, mas sobre o papel e o dever do Estado com os segmentos
225 organizados da área mas, sobretudo, com a população de maneira geral; Que não são
226 contrários aos editais, mas radicalmente contrários ao fato de os editais serem o principal
227 eixo de uma inexistente política pública para a cultura; Que poucos artistas foram
228 contemplados, o que mostra que os editais não dão conta do nosso tamanho e
229 diversidade; Poucos artistas se inscreveram, o que indica que provavelmente muitos nem
230 tentam, já sabendo que não serão mesmo contemplados. Sobre a Lei de Incentivo à
231 Cultura Capixaba - LICC, o texto diz que é um retrocesso, porque segue o modelo da
232 isenção fiscal, não pela verba destinada, mas pelo fato de essa verba precisar passar pelo
233 crivo da iniciativa privada. Diz que esse é só o início de uma longa conversa, é um convite
234 à reflexão e ao debate, e encerrou dizendo que esse documento foi elaborado em
235 Assembleia dos grupos, realizada aos três de junho de 2023 e assinada por Wilson Coelho,
236 Presidente da FECATE. A conselheira concluiu, dizendo que esse texto é bem reflexivo,
237 que alguns artistas haviam enviado sugestões e propostas para os novos editais e sugeriu
238 que a SECULT provocasse a criação de um fórum de Artes Cênicas, para discutir a política
239 cultural, mesmo tendo em vista a realização da Conferência Nacional. O Presidente
240 comentou que estamos em um momento importante de realização da Conferência
241 Nacional e que esse tema, as formas de financiamentos e os modelos estão bem em voga,
242 que estamos vivendo um momento de virada, porque pela primeira vez temos um recurso
243 garantido para a cultura, com o movimento da Lei Paulo Gustavo, a Política Nacional Lei
244 Aldir Blanc que garante descentralização de três milhões de reais anuais para os Estados
245 e Municípios do Brasil. Observou que vivemos um momento difícil no Governo Federal
246 passado e constatou como as políticas de incentivo à cultura são fragilizadas pelas forças
247 políticas. Disse que não encara a crítica da FECATE como específica à SECULT, pois todos
248 os elementos que estão ali são limitantes da política de cultura do Ministério da Cultura,
249 pois vivemos reféns de um modelo de burocracia, de formas de contratação que não
250 enxergam as especificidades da cultura, então é realmente necessário discutir esses
251 modelos de editais. Convidou a todos, inclusive aos que subscreveram essa carta, para
252 acompanhar e participar desse debate que está acontecendo em vários fóruns e
253 instâncias, no Brasil e aqui no Estado, porque não podemos ter um modelo meritocrático
254 e competitivo como a única forma de fazer política de cultura. Disse que de fato é
255 importante criticar e construir em cima do que está feito, que as políticas não nascem
256 prontas, que são necessários ajustes, mas que estamos no contexto de reconstrução
257 dessas políticas por parte do Ministério da Cultura, com apoio dos Estados, contudo não
258 podemos perder os avanços dos editais, que hoje são objetos dessas críticas, mas que
259 foram fundamentais na história recente, que saiu de uma lógica de balcão para uma lógica
260 mais distributiva e inclusiva, que não são perfeitos, mas que estão melhorando. Com
261 relação à LICC, disse que é um ponto que discorda frontalmente, porque a lei de depende
262 das empresas é bem problemática quando está sozinha, o que não é a realidade do
263 Espírito Santo, onde a LICC é uma lei complementar. A seguir, franqueou a palavra para
264 a Subsecretária Maria Thereza, que comentou sobre o Fundo a Fundo, dizendo que todas
265 as estratégias são complementares e que visam atingir diferentes grupos, cidades e

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 157ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

266 nichos, e que nenhuma ferramenta sozinha daria conta do fomento e incentivo ao teatro.
267 Falou brevemente sobre os prêmios de editais para as artes cênicas e complementou a
268 fala do Presidente, dizendo que a discursão sobre os editais, de serem excludentes não é
269 nova, que o mais difícil é conseguir novos modelos, mas ações mais propositivas e diálogos
270 são fundamentais para essa construção. A seguir, o Presidente franqueou a palavra para
271 o conselheiro Sebastião Ribeiro, que comentou a questão do financiamento, reconhecendo
272 que o Fundo a Fundo é uma evolução muito positiva, tanto com relação a passar recursos
273 para municípios, para fazerem projetos, como para os patrimônios, no entanto, este
274 dispositivo poderia estar associado a um apoio que o Governo não fez, conforme proposta
275 apresentada ao Governador Renato Casagrande, em que meio por cento da receita líquida
276 do Estado fosse para o fundo, ficando cinquenta por cento para os municípios, para
277 trabalharem a questão do patrimônio e cinquenta por cento para os editais do Estado.
278 Disse que na época que foi encaminhada essa proposta a arrecadação era de sessenta
279 milhões de reais, e que ao longo de três anos daria cento e oitenta milhões de reais. Desta
280 forma teria uma melhoria significativa do resultado dos produtos culturais, de produção
281 de produto, como também da proteção do patrimônio; Disse que outro ponto a se pensar
282 seria com a circulação e a visibilidade dos produtos, para que todos os municípios possam
283 participar, como também o patrimônio e sua valorização. Comentou que o CEC e a SECULT
284 precisam trabalhar constantemente com os municípios para que haja uma consciência.
285 Finalizando, disse que havia solicitado as reuniões extraordinárias, para que houvesse
286 mais tempo para discutir temas específicos, que durante as reuniões ficam perdidos por
287 serem extensos, e para termos mais resultados e fortalecimento da política cultural, como
288 também incorporar os desafios dos fóruns. Se disponibilizou a contribuir com o que fosse
289 necessário. A senhora Margarete se apresentou, dizendo que fazia parte da Comissão de
290 Monitoramento da Lei Paulo Gustavo, mas que precisaria sair devido a um compromisso
291 de trabalho. O conselheiro Vitor Taveira, falou que algumas pessoas estavam perguntando
292 sobre os mecanismos de avaliação da LICC. A Subsecretária Maria Thereza informou que
293 quando um projeto chega para ser avaliado à luz da LICC, primeiro passa por uma análise
294 de documentação, depois vai para parecer externo, por pessoas contratadas pela SECULT,
295 em sua maioria de fora do Estado do Espírito Santo e depois vai para a Comissão de
296 Análise de Projeto – CAP, que é formada por membros da SECULT e por membros do setor
297 público, indicados tanto pelo Conselho como por outras instituições. Disse que o trabalho
298 é voluntário e que após a deliberação o proponente tem direito a recurso sobre a decisão
299 proferida. O Presidente informou que todas as informações dos projetos se encontram no
300 site da Secult, na aba da LICC. A conselheira Verônica Gomes solicitou que fosse feito um
301 encaminhamento, com relação à Carta da FECATE, propondo que a Câmara de Artes
302 Cênicas, juntamente com o responsável pelo Funcultura e alguns artistas das entidades,
303 se reunissem para discutir esse tópico e traçar medidas para aqueles que não se sentem
304 representados no Conselho. Disse que poderia ser um grupo de trabalho ou reuniões
305 extraordinárias, mensais, apenas com essa finalidade, pois pensa que essa questão da
306 FECATE deve ser respondida. O Presidente informou que não havia recebido essa Carta,
307 mas que sim, ela seria respondida. Como encaminhamento, a conselheira solicitou o
308 agendamento de uma reunião da Câmara de Artes Cênicas com a Secult e a FECATE. O
309 Presidente esclareceu que todas as Câmaras podem solicitar reuniões para discursão, em
310 relação a LICC ou outros assuntos, e pediu para a conselheira Verônica verificar com as
311 entidades da FECATE se eles querem participar dessa reunião e falar com a secretária
312 executiva para fazer esse agendamento. Disse que, para a próxima reunião, vai
313 apresentar os impactos e resultados da LICC, para trazer essas informações para todos.
314 Passando ao último ponto de pauta, apresentação dos membros para a Comissão de
315 monitoramento da Lei Paulo Gustavo, a Subsecretária Carolina Ruas fez um breve relato
316 sobre a criação da Comissão de Monitoramento, que será formada por membros desse
317 Conselho e de pessoas da sociedade civil, representantes de segmentos e territórios,
318 principalmente dos municípios. Disse que na última reunião ficou faltando fazer a

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura – CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 157ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

319 validação dos nomes dos representantes. A conselheira Verônica Gomes comentou que
320 faz pare dessa Comissão, juntamente com os conselheiros Irineu, Martha e Carlos Ola,
321 que já fizeram duas reuniões e que chegaram a alguns nomes indicados como
322 representantes da sociedade civil: Othon Ribeiro, fotógrafo e jornalista; Dejanira Bravo
323 produtora de cinema, de Alegre; Margarete Maia, atriz e professora de sociologia, de
324 Venda Nova do Imigrante; Merivan Báfia, de Baixo Guandu; e Oscar Ferreira, ator, diretor,
325 dramaturgo, de São Mateus. O Presidente e a Subsecretaria Carolina saudaram os novos
326 membros da Comissão. O ator Oscar Ferreira saudou a todos e falou da importância da
327 participação da sociedade civil, junto com os gestores e de estar integrando essa
328 Comissão, e vai trabalhar para que esse recurso seja distribuído dinamicamente e chegue
329 aos fazedores de cultura. Agradeceu pela indicação. O jornalista Othon não conseguiu
330 falar, mas deixou uma mensagem no chat. Após a votação e aprovação unânime da
331 plenária, a Subsecretaria Carolina Ruas disse que esses nomes foram validados pelos
332 conselheiros e que a Comissão de Monitoramento da Lei será formalizada e publicada no
333 Diário Oficial do Estado. Passando aos informes gerais, a Subsecretaria Carolina Ruas
334 destacou, sobre a Lei Paulo Gustavo, que estamos na reta final, na etapa da solicitação
335 dos recursos, onde os municípios e os estados têm que apresentar os planos de ação até
336 o dia onze de julho, próxima terça-feira, para garantir que os recursos cheguem nos
337 territórios. Disse que o foco total é fazer com que 100% dos municípios consigam fazer a
338 adesão à Lei Paulo Gustavo, e que todas as informações e ações podem ser monitoradas do
339 site do Ministério da Cultura, de quais os estados e municípios que foram aprovados.
340 Informou que a adesão começou com 50% dos municípios, que a Secult realizou um
341 plantão tira dúvidas, com todos os gestores, para oferecer suporte e apoio, para montar
342 o plano de ação e enviar, e na última atualização faltavam apenas dez municípios para
343 subirem os planos, mas que estão empenhados para que todos os municípios consigam o
344 suporte técnico necessário. O conselheiro Sebastião Ribeiro disse que o conselheiro Vitor
345 Taveira havia solicitado que ele fizesse a leitura de uma carta dos fotógrafos, mas que ele
346 não iria conseguir fazer por conta do tempo já esgotado. Disse que o Fórum Capixaba de
347 Fotografia havia protocolado essa carta na SECULT, para que fosse encaminhada para
348 análise. Solicitou que fosse incluído na pauta da próxima reunião os processos de
349 tombamentos da Pedra da Ema, de 2015, e dos Cinco Pontões de Laranja da Terra, de
350 2010. O Presidente informou que a carta do Fórum dos Fotógrafos chegou no gabinete,
351 que vai dar total atenção e encaminhar para a Comissão de Monitoramento. Informou
352 ainda, que foi realizado junto ao Ministério das Comunicações e a EBC um Memorando de
353 Entendimento para levar o edital de Licenciamento da Lei Aldir Blanc, uma parceria com
354 a TV Espírito Santo, para rede de TVs públicas do Brasil, que já possui 15 Estados que
355 aderiram esse movimento. Disse que é uma política pública que nasceu no Espírito Santo,
356 junto com a TV da Bahia que também lançou esse edital de licenciamento e a boa notícia
357 é que agora, em parceria com a EBC, esse edital via Lei Paulo Gustavo vai chegar a todo
358 o território do Brasil e possibilitar que os filmes produzidos em cada um dos Estados,
359 inclusive do Espírito Santo, faça parte de uma rede de mais sessenta canais. Finalizou
360 deixando uma nota de pesar pelo falecimento do José Celso Martinez Correa, grade nome
361 do Teatro Brasileiro e sua importância para a história da cultura do Brasil. Não havendo
362 mais informes, o Presidente agradeceu a presença e participação de todos, e dos que
363 participaram por meio das redes sociais, e encerrou a reunião. Eu, Maria Angélica Tulli
364 Netto, Secretária Executiva do CEC, lavro a presente Ata, que vai assinada por mim, pelo
365 Presidente e por todos os conselheiros presentes. Vitória, 26 de julho de 2023.

ASSINATURAS (31)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARIA ANGÉLICA TULLI NETTO

SECRETARIO EXECUTIVO QC-01
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 20/12/2023 10:08:06 -03:00

MARIA VERÔNICA DO NASCIMENTO GOMES

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 16/10/2023 14:49:56 -03:00

MARTHA ALMEIDA ROCHA

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 06/11/2023 14:32:16 -03:00

DANIEL GONÇALVES MORELO

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 11/12/2023 17:02:20 -03:00

LUCAS GUIMARÃES BLUNCK SCHUINA

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 29/08/2023 18:56:15 -03:00

ALVARO JOSE DOS SANTOS SILVA

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 06/10/2023 22:31:40 -03:00

SEBASTIÃO RIBEIRO FILHO

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 06/10/2023 12:50:28 -03:00

RITA SANTOS DA ROCHA

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 11/10/2023 21:36:17 -03:00

BRUNO FIGUEIRA RAMOS

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - SECULT - GOVES
assinado em 19/12/2023 15:20:05 -03:00

ROSIMAR SILVA DOMINGOS

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 11/10/2023 14:31:33 -03:00

IGO DA SILVA CHRIST

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 30/08/2023 18:48:10 -03:00

CLAUDIA BOTELHO

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 11/09/2023 13:58:05 -03:00

VIVIAN VERVLOET

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 01/09/2023 17:16:34 -03:00

ALESSANDRO MONTENEGRO BAYER

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC-
SECULT-GOVES
SECULT - GOVES
assinado em 13/09/2023 14:49:50 -03:00

DANIELA COUTINHO BISSOLI

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 13/09/2023 16:00:44 -03:00

PATRICIA CRISTINE VIANA DAVID

FABRICIO NORONHA FERNANDES

SECRETARIO DE ESTADO
SECULT - SECULT - GOVES
assinado em 19/12/2023 11:28:51 -03:00

NILCÉLIA PRATES FIGUEIREDO DE SOUZA

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 13/12/2023 10:25:11 -03:00

ELOÁ ABGAIL OLIVEIRA ELER

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 23/10/2023 19:13:32 -03:00

LEANDRA CARLA MOREIRA DOS SANTOS

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 09/10/2023 12:41:06 -03:00

IRINEU CRUZEIRO NETO

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 20/12/2023 09:58:44 -03:00

JULIA PELA MENEGHEL

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 14/09/2023 10:03:45 -03:00

CLOVES MENDES NETO

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 13/09/2023 15:03:06 -03:00

VITOR TAVEIRA ROCHA

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 19/09/2023 08:36:01 -03:00

FERNANDA MARIA MERCHID MARTINS MOREIRA

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 06/10/2023 11:20:43 -03:00

DARCI SURLO DOS SANTOS

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 11/10/2023 14:56:59 -03:00

FERNANDA MAIA LYRIO

CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 30/08/2023 09:20:55 -03:00

FERNANDO CASTRO ROCHA

SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SUBSEC - SETUR - GOVES
assinado em 01/09/2023 09:07:03 -03:00

CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
SECULT - GOVES
assinado em 30/08/2023 09:18:50 -03:00

VICTOR BASTOS FARIA

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 19/09/2023 17:50:26 -03:00

CARLOS FRANCISCO OLA

CONSELHEIRO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA -CEC
CEC - SECULT - GOVES
assinado em 26/09/2023 14:14:15 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 20/12/2023 10:08:07 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARIA ANGÉLICA TULLI NETTO (SECRETARIO EXECUTIVO QC-01 - CEC - SECULT - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-F1Q01C>